

O reflorestamento da Tijuca: novas perspectivas

Categories : [José Augusto Pádua](#)

Está ficando cada vez mais claro, neste começo de milênio, que a política ambiental não poderá mais se restringir ao esforço de preservação e conservação dos sistemas vivos que garantem a reprodução da biosfera planetária. Será preciso adotar uma postura mais dinâmica e pro-ativa, trabalhando no sentido de recuperar, na medida do possível, a saúde ecológica das paisagens e ecossistemas exauridos e deteriorados. É claro que existem fortes limites biofísicos para esta recuperação. E os custos econômicos - que deveriam ter sido considerados no momento em que os sistemas foram degradados - podem ser altos (se bem que não necessariamente). Mas o fato é que não temos outra opção, até mesmo considerando o aumento inexorável da população mundial nas próximas décadas. Será preciso reflorestar, recuperar a fertilidade dos solos, limpar rios e baías.... O aspecto positivo é que tal movimento criará muitos empregos, tanto em termos de pesquisa científica quanto de execução, auxiliando na dinamização de uma nova economia da sustentabilidade.

Não existe espaço para tratar aqui dos inúmeros problemas teóricos e práticos da ecologia de recuperação. Mas é importante chamar atenção para o fato de que, no caso do Brasil, possuímos um aliado essencial para este trabalho, desde que as autoridades e forças vivas da nação se convençam da sua urgência, especialmente nas terras de domínio da Mata Atlântica, tão devastada ao longo dos séculos. Este grande aliado é a própria natureza tropical, com sua imensa força regenerativa. É claro que os trópicos não resolvem tudo. Alguns problemas concretos poderiam ser mencionados, tendo em vista as lições obtidas nos vários projetos de reflorestamento e recuperação ecológica que hoje estão sendo implementados em nosso território. Mas o fato é que nesse mundo de sol, umidade e farta germinação torna-se bem mais fácil unir o trabalho humano e o poder da natureza no esforço de regeneração das paisagens regionais.

É nesta perspectiva, ao meu ver, que devemos debater o projeto de reflorestamento da Tijuca na segunda metade do século XIX, que acabou se tornando, em escala global, um dos casos mais antigos e bem sucedidos de ecologia de recuperação. E a pesquisa histórica vem levantando novos elementos que ajudam a tornar o caso ainda mais fascinante. É importante superar, por exemplo, a imagem de que o projeto da Tijuca foi um esforço meramente empírico, pontual e burocrático, destinado apenas a garantir a continuidade do abastecimento de água nas partes baixas da cidade. É possível adotar uma perspectiva mais ampla, considerando-o como uma obra de inteligência coletiva, cujos objetivos políticos eram bem mais amplos, indo além da Tijuca e do Rio de Janeiro.

É claro que o tema específico da água era muito relevante. Com a destruição das matas, os rios e nascentes das montanhas começaram a perder sua capacidade de oferta. O governo central, aliás, estava atento para o problema desde as primeiras décadas do século XIX. Já em 1817 um decreto do príncipe português Dom João havia proibido o corte de árvores nas nascentes dos rios

Carioca e Paineiras (incluindo as matas adjacentes) e ao longo do aqueduto até o Convento de Santa Tereza. Esta medida ajudou a coibir um pouco o desflorestamento local, apesar de ter sido em grande parte ignorada. Além disso, ela não tratou da devastação que ocorria em várias outras encostas da cidade, especialmente através do ciclo de plantação de café que durou até a década de 1840. De toda forma, apesar das sucessivas secas que prejudicaram a vida da cidade, especialmente a grande seca de 1843, as autoridades municipais não conseguiam reunir iniciativa e força política suficientes para enfrentar o problema.

Quando o assunto foi retomado com mais força, em meados do século, já existia no país um grupo influente de intelectuais que manifestava preocupações mais amplas com a devastação das florestas brasileiras. Dentro deste clima cultural, os políticos e intelectuais que se bateram pelo reflorestamento, como veremos adiante, não estavam apenas preocupados apenas com a falta de água, mas sim com a importância geral das florestas, inclusive em termos estéticos e espirituais.

A Floresta da Tijuca, especialmente, não era vista apenas como uma fonte de água, ao menos para os setores cultos da então capital do império. O contraste entre a cidade confusa e insalubre nas partes baixas e a grandeza mística das montanhas florestadas foi enfatizado por importantes artistas e intelectuais. Em uma carta escrita para Machado de Assis em 1868, por exemplo, José de Alencar lembrava que no Alto da Tijuca “tudo é puro e são” e o corpo respira o “hálito celeste do Criador”. Um lugar como esse, onde a “terra conserva essa divindade do berço”, apenas podia existir “nos ermos em que não caíram ainda as fezes da civilização”. Observada de cima, a “cidade réptil” se revelava um “pântano” no qual “as paixões pululam” e “a alma se atrofia” em um “foco de materialismo”.

A defesa das montanhas da capital, por outro lado, se misturava com o debate mais amplo sobre o destino das florestas. O poeta e pintor Manuel de Araújo Porto-Alegre, por exemplo, que em 1845 publicou um longo poema-denúncia intitulado “A Destruição das Florestas”, ao atuar como vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 1854, bateu-se pela desapropriação de todos os sítios e matas das nascentes dos rios que abasteciam a cidade. O mineralogista Guilherme Capanema, um dos diretores do Museu Nacional, ao denunciar em 1858 os males que o desflorestamento causava à agricultura nacional, propôs que se iniciasse um plantio sistemático de árvores no Brasil, para fins de abastecimento de madeira e recuperação dos solos.

É significativo o fato de que o primeiro estadista a tomar as medidas necessárias para o projeto da Tijuca, entre 1854 e 1856, especialmente o início das desapropriações dos terrenos necessários ao reflorestamento, o ministro do império Luiz Pedreira do Couto Ferraz, era um grande amigo de Porto-Alegre e Capanema, como os quais convivia em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A necessidade de reflorestar, portanto, era mais que tudo um debate político-intelectual. Sem a presença do problema concreto da água, no entanto, é provável que não tivesse tido argumentos políticos suficientes para iniciar uma obra cujos resultados apenas apareceriam várias décadas depois.

Em 1861, quando o projeto teve início efetivo, o ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas publicou uma portaria onde estabelecia as “Instruções provisórias para o plantio e conservação das florestas da Tijuca e das Paineiras”, nomeando para administrar os trabalhos o Major Manuel Gomes Archer (na Tijuca) e Thomas Nogueira da Gama (nas Paineiras). O primeiro caso foi o mais importante, pois as matas da Tijuca estavam muito danificadas, de tal modo que os trabalhos de reflorestamento tiveram que ser intensos. O fato é que entre 1862 e 1887, valendo-se de menos de 20 trabalhadores escravos ou assalariados, o Major Archer comandou o plantio de cerca de 95.000 mudas de árvores nas montanhas da Tijuca. Mais ainda, o método utilizado, apesar do pouco conhecimento de silvicultura teórica então existente no Brasil, foi de grande inteligência ecológica, calcado em quatro princípios básicos: 1) plantar um conjunto heterogêneo de espécies, 2) plantar basicamente espécies nativas, advindas de outras áreas da Mata Atlântica da cidade, 3) plantar mudas ao invés de sementes, para aumentar a probabilidade de sobrevivência e 4) plantar em curvas paralelas entre si, de forma a reduzir o risco de erosão dos solos.

Vale lembrar que, na década de 1860, Couto Ferraz tinha deixado o Ministério para assumir a presidência do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, através do qual continuou a apoiar intensamente o projeto. O Horto Florestal, então sob o controle do IIFA, foi uma das grandes fontes de mudas para o replantio. Os técnicos do Instituto, além disso, participaram ativamente dos trabalhos e comentaram seus resultados nas páginas da “Revista Agrícola” que a entidade editava. Em 1870, por exemplo, Miguel Antônio da Silva regozijava-se com o surgimento de uma “silvicultura brasileira”, louvando o “trabalho que empregados zelosos tem feito para converter as encostas estéreis da serra da Tijuca em copado arvoredo, composto das mais belas e variadas espécies das nossas árvores de construção, ornamentos das nossas florestas virgens, e que vão desaparecendo, de dia em dia, ante os golpes mortíferos do machado, auxiliado pelo tição do fogo”. O sucesso do projeto de reflorestamento, que estava ainda “ignorado do público”, tinha que ser melhor divulgado, estendendo-se também por outras montanhas da capital. Note-se bem: o projeto que salvou as montanhas da cidade, como pode ser constatado pelo testemunho de Miguel Antonio e por um passeio pela imprensa da época, passou praticamente despercebido da população!

Os poucos que o dirigiram e acompanharam, contudo, tinham uma visão ampla e generosa dos seus resultados. No relatório do IIFA ao ministro da agricultura, em 1873, Couto Ferraz comentava que “muitos estrangeiros de distinção, que tem visitado a nova floresta [da Tijuca], confessam que não faziam idéia de se achar a silvicultura já encetada entre nós, e tão satisfatoriamente”. Mais ainda, a experiência da Tijuca deveria reproduzir-se em outras partes do país, dando origem a um “sistema florestal em mais larga escala”. Os resultados obtidos na corte “hão de em pouco tempo ser seguidos de outros, nas províncias, em cujas capitais convém que desde logo se comece a criação de semelhantes florestas, recomendando-se tão importante assunto aos presidentes, e auxiliando os governos com os precisos meios”. Os trabalhadores treinados na Tijuca poderiam ser utilizados diretamente nestes outros empreendimentos.

Como se sabe, a proposta de criar uma dinâmica de plantio florestal em diferentes regiões do Brasil, a partir da experiência da Tijuca, não chegou a ser executada. Mesmo assim, aquele projeto quixotesco foi capaz de deixar uma herança admirável para o futuro. Apesar da Floresta da Tijuca ter perdido seu principal atrativo pragmático nas décadas de 1870 e 1880 - quando a água da cidade passou a ser obtida na serra do Tinguá e, mais tarde, no maciço da Pedra Branca - os plantios feitos anteriormente já eram suficientes para iniciar um processo irreversível de regeneração das matas. A partir do empurrão produzido pela ação humana – as 95.000 mudas plantadas, uma quantia relativamente pequena, ajudaram a formar o que hoje chamaríamos de “corredores de recuperação” - a força vital das florestas tropicais apresentou-se, reproduzindo e ampliando o processo de recolonização das montanhas pela vegetação florestal, que unificou-se gradualmente com aquelas áreas que haviam permanecido cobertas de árvores. Ou seja, o grande legado de todo este esforço, ironicamente, não foi a resolução do problema da água, mas sim a garantia de permanência da notável massa verde que ainda hoje caracteriza a paisagem do Rio de Janeiro.

Um personagem do romance “Sonhos D’Ouro” de José de Alencar, publicado em 1872, classificou como “viva imagem da loucura humana” o trabalho que a “paciência e inteligente esforço do Major Archer” estava realizando no sentido de alinhar mudas de árvores de lei “aos milhares pelas encostas”. Pois ele representava uma tentativa de “refazer à custa de anos de trabalho e dispêndio de grande cabedal, o que se destruiu em alguns dias pela cobiça de um lucro insignificante”. O mesmo “homem civilizado”, que “abateu os troncos gigantes para fazer carvão”, agora que precisava de “sombra para obter água, arroja-se a inventar uma selva, como se fosse um palácio”.

Mesmo admitindo a verdade da loucura humana, é exatamente este tipo de ação que precisaremos adotar, se quisermos sobreviver como humanidade no presente milênio.